

MARCOS EHRHARDT JÚNIOR
EROULTHS CORTIANO JUNIOR

COORDENADORES

TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PRIVADO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

Estudos em homenagem a Luiz Edson Fachin

Prefácio

GUSTAVO TEPEDINO • EROULTHS CORTIANO JUNIOR



FÓRUM

O livro registra a evolução do Direito Privado brasileiro nos últimos 30 anos e presta homenagem a Luiz Edson Fachin por sua fundamental contribuição no desenvolvimento da metodologia do Direito Civil Constitucional em nosso país. Destaca a evolução e ressignificação dos institutos clássicos do direito das relações privadas através de uma interpretação prospectiva que tem como ponto de partida a tábua de valores axiológicos que configuram o compromisso constitucional com a tutela da dignidade da pessoa humana e da solidariedade social nas relações entre indivíduos. Os artigos refletem um pensamento doutrinário crítico que dialoga com as principais decisões dos Tribunais Superiores sobre relações entre particulares.

Marcos Ehrhardt Júnior

Eroulths Cortiano Junior

Coordenadores

TRANSFORMAÇÕES NO DIREITO PRIVADO NOS 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

ESTUDOS EM HOMENAGEM A
LUIZ EDSON FACHIN

Prefácio

Gustavo Tepedino

Eroulths Cortiano Junior

Área específica

DIREITO CIVIL

Áreas afins

Direito Empresarial, Direito do Consumidor

Público-alvo/consumidores

Estudantes de graduação dos últimos três semestres (o livro servirá como bibliografia para os trabalhos de conclusão de curso), alunos de cursos de especialização em direito civil e empresarial, bem como alunos de mestrado/doutorado, já que os temas abordados no livro integram o conteúdo programático dos principais cursos de pós-graduação de nosso país.

FORMATO: 17,0 X 24,0 cm

CÓDIGO: 10001487

T772 Transformações no Direito Privado nos 30 anos da Constituição: estudos em homenagem a Luiz Edson Fachin / Marcos Ehrhardt Júnior, Eroulths Cortiano Junior (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2019.

805p.; 17cm x 24cm
ISBN: 978-85-450-0562-9

1. Direito Civil. 2. Direito Empresarial. 3. Direito Privado. 4. Direito do Consumidor. I. Ehrhardt Júnior, Marcos 1. II. Cortiano Junior, Eroulths III. Título.

CDD 342.1
CDU 347

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; CORTIANO JUNIOR, Eroulths (Coord.). *Transformações no Direito Privado nos 30 anos da Constituição*: estudos em homenagem a Luiz Edson Fachin. Belo Horizonte: Fórum, 2019. 805p. ISBN 978-85-450-0562-9.

Marcos Ehrhardt Júnior

Doutor em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professor de Direito Civil dos cursos de mestrado e graduação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professor de Direito Civil e Direito do Consumidor do Centro Universitário CESMAC. Pesquisador Visitante do Instituto Max-Planck de Direito Privado Comparado e Internacional (Hamburgo/Alemanha). Líder do Grupo de Pesquisa Direito Privado e Contemporaneidade (UFAL). Editor da *Revista Fórum de Direito Civil (RFDC)*. Diretor Regional Nordeste do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil). Membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC). E-mail: marcosehrhardtjr@uol.com.br.

Eroulths Cortiano Junior

Pós-doutor em Direito (*Università di Torino*), Doutor em Direito das Relações Sociais (UFPR). Professor da Faculdade de Direito da UFPR. Coordenador do Núcleo de Pesquisas em Direito Civil “Virada de Copérnico”. Associado do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil), do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), do Instituto Brasileiro de Estudos em Responsabilidade Civil (IBERC) e do Instituto dos Advogados do Paraná (IAP). Procurador do Estado do Paraná e Advogado em Curitiba. E-mail ecortiano@cpc.adv.br.

SUMÁRIO

PREFÁCIO

L. E. FACHIN, O DIREITO CIVIL E A CONSTITUIÇÃO

Gustavo Tepedino, Eroulths Cortiano Junior..... 21

APRESENTAÇÃO

Marcos Ehrhardt Júnior, Eroulths Cortiano Junior 23

PARTE I INTRODUÇÃO

A METODOLOGIA DO DIREITO CIVIL NO PENSAMENTO DE LUIZ EDSON FACHIN

CARLOS EDUARDO PIANOVSKI RUZYK..... 27

1	À guisa de introdução – Premissas epistemológicas para a compreensão da metodologia do direito civil na obra de Luiz Edson Fachin	27
2	Norma, fato e sistema	28
3	Conceitos, ductibilidade e instrumentalidade	31
4	Relevância das dimensões axiológica e funcional	32
5	Tríplice constitucionalização	34

PARTE II ENTRE O SUJEITO E A PESSOA NAS RELAÇÕES PRIVADAS

PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA RESSIGNIFICADO A PARTIR DO DIREITO CIVIL CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO

PABLO MALHEIROS DA CUNHA FROTA..... 39

1	Introdução	39
2	Os desafios do direito privado hoje	41
3	Direito civil constitucional prospectivo e a ressignificação do princípio da dignidade da pessoa humana	43
4	Conclusão	51
	Referências.....	52

DILEMAS E DESAFIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA NAS SITUAÇÕES JURÍDICAS EXISTENCIAIS

PAULA MOURA FRANCESCONI DE LEMOS PEREIRA, THAMIS ÁVILA DALSENTER VIVEIROS DE CASTRO 55

	Introdução	55
1	A autonomia existencial e a insuficiência do conceito tradicional de segurança jurídica.....	56
2	Segurança jurídica e interpretação.....	60
3	Desafios para a construção da segurança jurídica nas situações jurídicas existenciais	62
	Considerações finais	71
	Referências	72

REPENSANDO SOBRE AS PESSOAS E O ESTATUTO JURÍDICO DO SER

JUSSARA MARIA LEAL DE MEIRELLES..... 75

1	Introdução	75
2	Gestação de substituição	76
3	Embriões humanos de laboratório.....	78
4	O ser e o ter.....	79
5	“Com a cabeça nas nuvens, mas os pés no chão”	80
6	Crítica ao regime de incapacidades	81
7	Pessoa com deficiência.....	83
8	Considerações finais	84
	Referências.....	85

ESTATUTO JURÍDICO DO NASCITURO: A NECESSIDADE DE CONSTRUÇÃO DO CONCEITO JURÍDICO DE CONCEPÇÃO EM FACE DOS EMBRIÕES *IN VITRO*

PATRICIA FERREIRA ROCHA, RODOLFO PAMPLONA FILHO	87
1 Introdução	87
2 O nascituro perante a ordem jurídica.....	88
3 Os reflexos da reprodução humana assistida na delimitação da figura do nascituro	90
4 A necessidade da construção de um conceito jurídico de concepção em face dos embriões <i>in vitro</i>	94
5 Conclusão	100
Referências.....	101

MERCADO, PESSOA HUMANA E TECNOLOGIAS: A INTERNET DAS COISAS E A PROTEÇÃO DO DIREITO À PRIVACIDADE

CAITLIN SAMPAIO MULHOLLAND.....	103
1 O direito civil constitucional, a proteção da pessoa humana e sua tutela frente às novas tecnologias.....	103
2 O caso da televisão que espionava: dados e dignidade	106
3 A internet das coisas (IoT) e os bens inteligentes	108
4 O direito da privacidade e o direito à proteção de dados	110
5 A regulação da IoT e a tutela da privacidade	112
6 Conclusão	114
Referências.....	115

DIREITO AO ESQUECIMENTO E O *VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM*: OS EFEITOS DA AUTOEXIBIÇÃO NA ERA DIGITAL

TATIANE GONÇALVES MIRANDA GOLDHAR.....	117
1 Introdução	117
2 A erosão do direito à privacidade na era digital	118
3 O direito ao esquecimento no caso de autoexibição e efeitos na responsabilidade civil	124
4 Conclusão	132
Referências.....	133

DIREITO DE ARENA: VACILAÇÕES E PERSPECTIVAS

ELIMAR SZANIAWSKI.....	137
1 Introdução	137
2 Noções sobre a categoria jurídica do direito à própria imagem	138
2.1 A consolidação da tutela do direito à imagem pelos tribunais brasileiros.....	140
3 Noções sobre a categoria jurídica do direito de arena.....	144
3.1 A consolidação da tutela do direito de arena pelos tribunais brasileiros	146
4 Conclusão	149
Referências.....	150

REFLEXÕES SOBRE A AUTONOMIA DA VONTADE E A INTERDISCIPLINARIDADE NA MEDIAÇÃO

ÁGUIDA ARRUDA BARBOSA, FERNANDA TARTUCE.....	151
1 Introdução	151
2 Relevância do tema	152
3 Autonomia da vontade como princípio informador da mediação	152
4 Autonomia da vontade e conhecimento interdisciplinar do mediador	154
5 Mediação judicial e autonomia da vontade.....	158
Referências.....	160

O RECONHECIMENTO JURÍDICO DA IDENTIDADE DE GÊNERO NA TRANSEXUALIDADE: ENTRE OURIÇOS E RAPOSAS

JOYCEANE BEZERRA DE MENEZES, ANA PAOLA DE CASTRO E LINS.....	163
1 Introdução	163
2 Identidade pessoal como direito fundamental: a emergência de uma compreensão dinâmica sob a lente do observador “raposa”	164
3 Identidade de gênero e a jurisprudência brasileira: a passagem do ouriço à raposa	167
3.1 <i>E agora, José?</i> Quando a pessoa <i>trans</i> bate à porta dos cartórios – Entre ouriços e raposas.....	175
3.2 Limites externos à autodeterminação em matéria de identidade de gênero: CNJ e corregedorias de justiça dos estados.....	178
4 Conclusão	179
Referências.....	180

“OS PRINCÍPIOS” DA AUTONOMIA NA TERMINALIDADE DA VIDA

CARLA MOUTINHO.....	183
1 Introdução	183
2 Autonomia da vontade <i>vs.</i> autonomia privada.....	185
3 Autonomia do paciente	187
4 Conclusão	193
Referências.....	194

DIRETIVAS ANTECIPADAS DE VONTADE COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL À MORTE DIGNA

GISELDA MARIA FERNANDES NOVAES HIRONAKA, PRISCILA DE CASTRO TEIXEIRA PINTO LOPES AGAPITO	197
Introdução	197
1 Conceito e escopo das diretivas antecipadas de vontade.....	198
2 Objeto das diretivas antecipadas de vontade e as necessárias distinções conceituais: eutanásia, ortotanásia, distanásia, suicídio assistido, mistanásia, mandato duradouro, testamento vital	199
3 Direito fundamental à morte digna como norma justificadora do respeito às diretivas antecipadas de vontade.....	204
4 Aplicação das diretivas antecipadas de vontade.....	207
5 Diretivas antecipadas de vontade elaboradas pela via do instrumento público: aspectos notariais.....	211
Conclusão	213
Referências.....	213

PARTE III

PATRIMÔNIO MÍNIMO E RELAÇÕES PRIVADAS

O PATRIMÔNIO MÍNIMO NA OBRA DE LUIZ EDSON FACHIN E SUA ABORDAGEM EM TRÊS TEMPOS: ESTATUTO EXISTENCIAL DA PESSOA HUMANA, TRÂNSITO JURÍDICO E TITULARIDADES

PAULO NALIN, HUGO SIRENA	221
1 Apresentação e resgate da obra do homenageado.....	221
2 O nascer do sol: contextualizando o estatuto jurídico do <i>patrimônio mínimo</i>	222
3 O “meio-dia do estudo”: a hora em que as ideias mais brilham.....	224
4 O ocaso da tese: o “se por” para renascer.....	228
Referências.....	229

TRANSFORMAÇÕES NO CONCEITO JURÍDICO DE PATRIMÔNIO: A CONTRIBUIÇÃO DE LUIZ EDSON FACHIN

LUCIANA PEDROSO XAVIER, MARÍLIA PEDROSO XAVIER.....	231
1 Introdução	231
2 Entre o ser e o ter: os contornos do patrimônio.....	232
2.1 A gênese do conceito jurídico de patrimônio: a teoria clássica de Aubry e Rau.....	234
2.2 A ruptura da teoria objetiva do patrimônio	237
3 Contornos contemporâneos do patrimônio	241

REFLEXÃO SOBRE OS MÍNIMOS: O DIÁLOGO CIVIL CONSTITUCIONAL DA TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO COM A NOÇÃO DE MÍNIMO EXISTENCIAL

MELINA GIRARDI FACHIN, MARCOS ALBERTO ROCHA GONÇALVES.....	243
1 Introdução	243
2 Premissa: diálogos entre o civil e o constitucional e seus reflexos no campo de ser e ter	244
3 Para ser, ter: patrimônio como garante de um mínimo de dignidade	248
4 Patrimônio mínimo e mínimo existencial: disposições declaratórias e assecuratórias.....	252
5 Conclusão	257

O PATRIMÔNIO MÍNIMO EXISTENCIAL: A PROTEÇÃO AOS BENS DOS INDIVÍDUOS PARA ALÉM DOS BENS DE FAMÍLIA

JOSÉ BARROS CORREIA JUNIOR, PAULA FALCÃO ALBUQUERQUE.....	259
Introdução	259
1 Os bens de família no ordenamento jurídico brasileiro.....	260
2 A repersonalização do direito civil e a dignidade humana	262
3 A proteção dos bens para além das famílias	267
Considerações finais	272
Referências.....	272

A CONSTRUÇÃO JURISPRUDENCIAL SOBRE O BEM DE FAMÍLIA À LUZ DO ESTATUTO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO

DIMITRE BRAGA SOARES DE CARVALHO.....	275
1 Considerações iniciais sobre o bem de família	275
2 Das modalidades de bem de família previstas no ordenamento jurídico brasileiro: o bem de família voluntário e o bem de família involuntário	276
3 Bem de família e a teoria do patrimônio mínimo: uma construção jurisprudencial.....	278
3.1 Aplicação extensiva do conceito de bem de família para pessoas solteiras, separadas e viúvas	279
3.2 Da aplicação da Lei do Bem de Família para penhoras anteriores à sua vigência	280
3.3 Da aplicação da regra de bem de família nos casos de inventário/partilha	280
3.4 Ampliação do rol de bens protegidos pela impenhorabilidade.....	280
3.5 Mitigação do requisito da “moradia no imóvel” pela jurisprudência.....	281
3.6 Da legitimidade que os integrantes da entidade familiar residentes no imóvel protegido pela Lei nº 8.009/1990 possuem para se insurgirem contra a penhora do bem de família.....	281
3.7 Da impossibilidade de renúncia ao benefício do bem de família	282
3.8 Da vaga de garagem com matrícula própria.....	283
3.9 Da “flexibilização” do momento para arguição da impenhorabilidade do bem de família	283
3.10 Das exceções à impenhorabilidade do bem de família.....	284
3.11 Veículos, obras de arte e adornos suntuosos.....	284
3.12 Da abrangência da impenhorabilidade.....	284
3.13 Da possibilidade de penhora parcial do imóvel de alto valor	284
3.14 Dos créditos para construção do imóvel sobre o qual recai o bem de família	285
3.15 Da penhorabilidade nos casos de crédito decorrente do financiamento destinado à construção ou à aquisição do imóvel.....	285
3.16 Penhora do bem de família pelo credor de pensão alimentícia.....	286
3.17 Não aplicação da impenhorabilidade ao bem imóvel que tenha sido adquirido com produto de crime ou para execução de sentença penal condenatória a ressarcimento, indenização ou perdimento de bens	287
3.18 Não incidência da impenhorabilidade nas hipóteses de cobrança de impostos, predial ou territorial, taxas de condomínio e contribuições devidas em função do imóvel familiar.....	287
3.19 Possibilidade de execução de hipoteca sobre o imóvel oferecido como garantia real pelo casal ou pela entidade familiar.....	288
3.20 A complexa questão da penhorabilidade do bem de família do fiador em contrato de locação	288
3.21 Da fraude na constituição do bem de família legal. Da anulação da venda ou da transferência da impenhorabilidade.....	289
3.22 Da aplicação do bem de família para residências familiares em imóvel rural.....	290
3.23 Da aplicação da regra da impenhorabilidade na hipótese de haver mais de um imóvel em nome da família	291
4 Conclusões.....	291
Referências.....	292

FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE E O ESTATUTO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO: O CONTRIBUTO ESSENCIAL DE LUIZ EDSON FACHIN

JOÃO RICARDO BRANDÃO AGUIRRE, CESAR CALO PEGHINI.....	295
1 Expedição de premissas no ponto de partida	295
2 A funcionalização da propriedade na contemporaneidade.....	297
3 A garantia pessoal do patrimônio mínimo	303
4 Conclusão	306
Referências.....	307

MÍNIMO EXISTENCIAL E TÉCNICAS DE SEGREGAÇÃO DO PATRIMÔNIO

CARLOS EDISON DO RÊGO MONTEIRO FILHO, ROBERTA MAURO MEDINA MAIA	309
1 Introdução	309
2 A função social exercida pelo bem como critério definidor de sua disciplina jurídica	312
3 O bem de família e a garantia do mínimo existencial do devedor	314
4 O patrimônio de afetação e a garantia do mínimo existencial do adquirente	317
5 Conclusão	319
Referências.....	321

PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO E PATRIMÔNIO MÍNIMO

MILENA DONATO OLIVA, PABLO RENTERIA.....	323
1 Introdução. Dignidade humana e estatuto jurídico do patrimônio mínimo.....	323
2 O patrimônio de afetação a serviço do patrimônio mínimo	326
2.1 Conceito de patrimônio de afetação.....	326
2.2 Potencialidades do patrimônio de afetação para assegurar o mínimo existencial. Limitações do direito brasileiro.....	329
2.3 O exemplo das cláusulas de impenhorabilidade, incomunicabilidade, inalienabilidade e as vantagens do patrimônio de afetação.....	331
3 Conclusão	334
Referências.....	335

DIREITO DAS SUCESSÕES E PATRIMÔNIO MÍNIMO

DANIEL BUCAR, DANIELE TEIXEIRA.....	337
1 Nota introdutória	337
2 O direito da <i>saisine</i> no ordenamento jurídico brasileiro: travessia entre a abstração inoperante e a efetiva tutela civil-constitucional	338
2.1 A <i>saisine</i> no direito brasileiro; da ficta magnitude estrutural à instrumentalização funcional.....	338
2.2 A funcionalização do direito a <i>saisine</i> e o patrimônio mínimo: perspectivas legais, jurisprudenciais e o dever	342
3 O instituto da legítima no atual direito sucessório brasileiro: função, liberdade e solidariedade.....	343
3.1 Função da legítima.....	345
3.2 Solidariedade familiar e o patrimônio mínimo	347
4 Considerações finais	350
Referências.....	351

PARTE IV

RELAÇÕES NEGOCIAIS PRIVADAS

FUNÇÃO SOCIAL DO CONTRATO: ESTADO DA ARTE NOS QUINZE ANOS DE VIGÊNCIA DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO. AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DE LUIZ EDSON FACHIN

FLÁVIO TARTUCE, ALEXANDRE GOMIDE.....	357
Primeiras palavras. Importância do tema.....	357
1 Explicando o tratamento da função social do contrato no Código Civil de 2002.....	360
2 A dupla eficácia do princípio da função social do contrato.....	363
3 A eficácia interna da função social do contrato e a frustração do fim da causa.....	366
4 Vedação da onerosidade excessiva e função social do contrato. A redução da cláusula penal.....	372
5 Desvirtuamentos da função social do contrato.....	374
6 Descumprimento da função social do contrato. As contribuições de Luiz Edson Fachin.....	379
Referências.....	381

NOTAS SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CATEGORIA NEGÓCIO JURÍDICO AO MUNDO ATUAL

MARCOS BERNARDES DE MELLO.....	385
Preâmbulo	385
1 Introdução	385
2 Noções fundamentais relacionadas à teoria do fato jurídico.....	387
2.1 A geração da eficácia jurídica	387
2.2 A escolha do fato jurídico e de sua eficácia	387
2.3 A conceituação do fato jurídico	388
2.4 Classificação dos fatos jurídicos.....	389
2.4.1 A doutrina tradicional	389
2.4.2 A classificação segundo o cerne do suporte fático	390
3 O conceito clássico de negócio jurídico	391
4 Uma revisão (necessária) do conceito clássico de negócio jurídico	392
4.1 A necessidade de atualização dos conceitos jurídicos	392
4.2 A inconsistência científica da concepção clássica de negócio jurídico. A desatualização da concepção clássica de negócio jurídico.....	393
4.3 O equívoco contido na concepção clássica de negócio jurídico	394
4.4 A correção de Pontes de Miranda do conceito de negócio jurídico.....	394
5 Há inadequação da espécie negócio jurídico ao mundo atual?.....	395
5.1 Considerações gerais	395
5.2 As objeções à adequação do negócio jurídico aos padrões atuais	395
6 Conclusões	398
Referências.....	399

NEGÓCIO JURÍDICO E INTERESSE PÚBLICO: UMA APROXIMAÇÃO A PARTIR DA OBRA DE LUIZ EDSON FACHIN

ROSALICE FIDALGO PINHEIRO, MARCELO CONRADO	401
Introdução	401
1 “Novo conceito de ato e negócio jurídico” na obra de Luiz Edson Fachin	402
2 O negócio jurídico e sujeito de direito: a supremacia dos interesses privados.....	406
3 Negócios jurídicos de direitos autorais: supremacia dos interesses públicos?	410
Considerações finais	415
Referências.....	417

O DIREITO CONTRATUAL E A MARCHA DA CONSTITUCIONALIZAÇÃO ENTRE OURIÇOS E RAPOSAS

GERALDO FRAZÃO DE AQUINO JR.....	419
1 Considerações iniciais.....	419
2 Constitucionalização do direito contratual	422
3 Crise na teoria contratual.....	429
4 Considerações finais	437
Referências.....	438

O PARADIGMA PÓS-POSITIVISTA E SUA INFLUÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DE UMA TEORIA GERAL DOS CONTRATOS

DANILO RAFAEL DA SILVA MERGULHÃO.....	441
1 Prolegômenos	441
2 Da necessária mudança de paradigma do sistema contratual	444
3 Conclusão	449
Referências.....	450

CUMULAÇÃO DAS ARRAS COM A CLÁUSULA PENAL COMPENSATÓRIA E OS PRINCÍPIOS SOCIAIS DOS CONTRATOS

RODRIGO TOSCANO DE BRITO.....	451
1 Notas introdutórias.....	451
2 Princípios sociais dos contratos.....	452
2.1 Um breve panorama sobre o princípio da função social dos contratos	453
2.2 Princípio da equivalência material: a necessidade de manutenção do equilíbrio objetivo do contrato em todas as suas fases.....	458
3 Equilíbrio contratual como fio condutor da análise sobre a impossibilidade de cumulação das arras com a cláusula penal compensatória como regra geral.....	460
4 Conclusões.....	467
Referências.....	468

PARTE V

DIREITO DE DANOS E TITULARIDADES

A REPERSONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL E SUAS REPERCUSSÕES NA RESPONSABILIDADE CIVIL

ALINE DE MIRANDA VALVERDE TERRA, GISELA SAMPAIO DA CRUZ GUEDES	473
1 Introdução	473
2 Crítica ao caráter punitivo do dano extrapatrimonial	477
3 As novas fronteiras do dano indenizável	481
4 A despatrimonialização da reparação do dano moral.....	485
5 A tutela do patrimônio mínimo e o parágrafo único do art. 928	488
6 Conclusão	490
Referências.....	492

O ESTATUTO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO MÍNIMO E A MITIGAÇÃO DA REPARAÇÃO CIVIL

MARCELO JUNQUEIRA CALIXTO, CÍNTIA MUNIZ DE SOUZA KONDER	495
1 Introdução	495
2 A consagração do princípio da reparação integral do dano e sua posterior exceção. A interpretação jurisprudencial do art. 944, parágrafo único, do Código Civil.....	495
3 A tutela jurídica do patrimônio mínimo como legítimo critério para a redução equitativa da reparação.....	503
4 Conclusão	507
Referências.....	508

A TEORIA CRÍTICA DO DIREITO CIVIL E A RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS EXISTENCIAIS

MÁRIO LUIZ DELGADO REGIS, ROMUALDO BAPTISTA DOS SANTOS.....	511
Notas introdutórias.....	511
1 Breve relato sobre a teoria crítica do direito civil	512
1.1 Pessoa e relação jurídica: crítica ao conceitualismo e ao excesso de abstração.....	512
1.2 Centralidade da pessoa humana e força normativa da Constituição.....	514
2 A responsabilidade civil como instrumento de efetivação da tutela da pessoa humana.....	515

2.1	Reparação de danos morais para tutela da pessoa humana	515
2.2	Alinhamento da responsabilidade civil à tutela constitucional da pessoa humana pela via dos direitos da personalidade.....	516
2.3	Natureza jurídica dos danos morais em sentido amplo.....	517
3	Dano existencial.....	520
	Conclusões.....	525
	Referências.....	526

RESPONSABILIDADE CIVIL POR VIOLAÇÃO DO DIREITO AO ESQUECIMENTO

ANDERSON SCHREIBER.....		529
1	Introdução	529
2	O que é direito ao esquecimento? Crítica à posição do STJ	531
3	Análise dos pressupostos da responsabilidade civil.....	535
4	A colisão entre direito ao esquecimento e liberdade de informação	538
5	Reparação do dano.....	540
6	Conclusão	541
	Referências.....	542

A RESTITUIÇÃO DO ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA COMO INSTRUMENTO DE RECOMPOSIÇÃO DO ERÁRIO

MARIA CANDIDA DO AMARAL KROETZ.....		545
1	Introdução	545
2	O enriquecimento sem causa	546
3	O enriquecimento ilícito.....	548
4	A restituição do enriquecimento sem causa como instrumento de recomposição do erário.....	551
5	Conclusão	556
	Referências.....	557

A FUNÇÃO SOCIAL DA POSSE: TRINTA ANOS DEPOIS

OTAVIO LUIZ RODRIGUES JR, RODRIGO XAVIER LEONARDO		559
1	Introdução: dois vértices e um mesmo autor	559
2	A função social da posse e o jovem escritor	559
3	A posse em Pontes de Miranda e o escritor em sua maturidade	562
4	Os trinta anos da função da posse e a projeção social: doutrina, jurisprudência e política legislativa. Um furo no futuro?.....	565
	Referências.....	568

O DIREITO DE LAJE E A TRIDIMENSIONALIDADE DA PROPRIEDADE

NELSON ROSENVALD		571
1	A desconexão entre as propriedades e o novo mercado	572
2	O direito fundamental de propriedade como garantia	573
3	O direito fundamental à propriedade como acesso	576
4	A função social da(s) propriedade(s)	580
5	O direito real de laje como nova manifestação de propriedade.....	586
6	A inserção da laje na tridimensionalidade da propriedade.....	590
7	Conclusão	591
	Referências.....	592

TITULARIDADE DE TERRAS RURAIS POR EMPRESAS DE CAPITAL ESTRANGEIRO E FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE

KLEBER LUIZ ZANCHIM, LUCIANO DE SOUZA GODOY		595
1	Introdução	595
2	O problema	596
2.1	A Lei nº 5.709/71 e o Parecer AGU nº LA-01/2010	596
3	O tema no STF: ADPF nº 32 e ACO nº 2.463.....	598
4	Titularidade e poder no agronegócio: relevância e relativização	599
5	Empresa de capital estrangeiro e a função social do imóvel rural.....	600
6	Função social do imóvel rural e desvio de finalidade do Parecer AGU nº LA-01	602
7	Considerações finais	604
	Referências.....	605

PARTE VI
FAMÍLIAS E SUCESSÕES

FAMÍLIA APÓS A CONSTITUIÇÃO DE 1988: TRANSFORMAÇÕES, SENTIDOS E FINS	
HELOISA HELENA BARBOZA, VITOR ALMEIDA 609	
	Introdução 609
1	Transformações: a família antes de 1988..... 611
2	Sentidos: famílias, multiculturalismo e diversidade..... 615
3	Fins: limites e recomeço..... 622
AUTONOMIA PRIVADA NAS RELAÇÕES FAMILIARES: DIREITOS DO ESTADO E ESTADO DOS DIREITOS NAS FAMÍLIAS	
RENATA VILELA MULTEDO, ROSE MELO VENCELAU MEIRELES..... 625	
1	Introdução 625
2	Autonomia privada e regulação das relações familiares não patrimoniais 627
3	Autonomia privada e relações parentais..... 631
4	Considerações finais 634
FILIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO: DA PATERNIDADE PRESUMIDA À REPERCUSSÃO GERAL Nº 622 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
ANA CARLA HARMATIUK MATOS, JACQUELINE LOPES PEREIRA..... 637	
	Introdução 637
1	Estado da arte do direito de filiação no ordenamento jurídico brasileiro 638
2	Ascendência genética <i>versus</i> paternidade socioafetiva 645
	Conclusão: desafios que se anunciam ao direito de filiação 651
	Referências..... 652
FILIAÇÃO NO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO: RESSIGNIFICAÇÃO A PARTIR DA <i>POSSE DE ESTADO</i> E DA <i>SOCIOAFETIVIDADE</i>	
RICARDO CALDERÓN..... 655	
1	O legado do homenageado em uma categoria central do direito de família 655
2	Filiação à luz do Código Civil de 1916..... 656
3	Posse de estado de filho..... 656
4	Leitura jurídica da afetividade 660
5	Direito de filiação x direito ao conhecimento da ascendência genética 663
6	Multiparentalidade 665
7	Registro extrajudicial da filiação socioafetiva 667
8	Considerações finais 667
	Referências..... 668
DE VOLTA À FILHA DAS ESTRELAS: CONHECIMENTO DAS ORIGENS E REPRODUÇÃO ASSISTIDA	
ANA CAROLINA BROCHADO TEIXEIRA, CARLOS NELSON KONDER..... 671	
1	Introdução 671
2	Filiação na contemporaneidade: entre inovação e tradição 673
3	Do direito à filiação ao direito a conhecer as próprias origens: tornando-se sujeitos de sua própria história..... 674
4	Arquiteturas da procriação: as técnicas de reprodução assistida 676
5	As novas imagens sem rosto: doadores de sêmen, óvulos e embriões, gestantes substitutas e “beneficiários da técnica” 679
6	Conclusão 683
	Referências..... 685
O INSTITUTO DA FILIAÇÃO E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL: TRANSFORMAÇÕES E PERSPECTIVAS DIANTE DA MULTIPARENTALIDADE	
CAMILA BUARQUE CABRAL, KARINA BARBOSA FRANCO 689	
	Introdução 689
1	O instituto da filiação e suas transformações..... 690
2	Atuais contornos do instituto da filiação 693
2.1	A exigência da afetividade..... 696
3	Multiparentalidade: avanços no reconhecimento da parentalidade socioafetiva 699
3.1	A tese de Repercussão Geral nº 622 do STF 699
	Conclusão 705
	Referências..... 706

OS ALIMENTOS COMPENSATÓRIOS NO DIREITO BRASILEIRO: INADMISSIBILIDADE POR AUSÊNCIA DE FONTE LEGAL E INCOMPATIBILIDADE DE FUNÇÃO

GUSTAVO TEPEDINO, PAULA GRECO BANDEIRA	709
1 Introdução	709
2 Alimentos civis: função e pressupostos de incidência no direito brasileiro	711
3 Alimentos compensatórios: inadmissibilidade por ausência de fonte legal e incompatibilidade de função	713
4 Conclusão	718

USUCAPIÃO FAMILIAR COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO (OU DISTORÇÃO) DE DIREITOS FUNDAMENTAIS

CATARINA ALMEIDA DE OLIVEIRA, MARIA RITA DE HOLANDA S. OLIVEIRA	721
Introdução	721
1 Considerações gerais sobre usucapião como forma de aquisição e perda da propriedade imóvel no direito brasileiro ..	722
2 Inércia do proprietário como renúncia presumida ao direito de propriedade sobre imóvel	725
3 Usucapião familiar como forma de perda da meação sobre imóvel de moradia da família	726
4 Abandono do lar e não da propriedade, como requisito para usucapião	728
5 Abandono de lar e direito real de habitação	729
6 Culpa nas relações de família	730
7 Usucapião familiar como punição pelo abandono do lar e a violação do direito de romper a relação conjugal – Autonomia da vontade	732
8 Tendência a afastar a discussão sobre a culpa no direito de família contemporâneo e a incoerente usucapião por abandono do lar	732
Notas conclusivas	734
Referências	734

PESSOA IDOSA: UM NOVO SUJEITO E A TUTELA JURÍDICA DOS SEUS INTERESSES NAS RELAÇÕES FAMILIARES

ANA LUIZA MAIA NEVARES, VIVIANE GIRARDI	737
1 A longevidade e o envelhecimento no Brasil	737
2 Envelhecimento e a emergência de um novo sujeito de direitos: vulnerabilidade e autonomia	738
3 A proteção do idoso nas relações familiares	739
3.1 As diretivas antecipadas de vontade	740
3.2 A curatela segundo o melhor interesse do idoso	742
3.3 Tomada de decisão apoiada	745
3.4 A obrigação alimentar solidária	747
3.5 Outras esferas de proteção do idoso nas relações familiares: <i>de lege ferenda</i>	748
4 Conclusão	750
Referências	750

AS NORMAS APLICÁVEIS ÀS RELAÇÕES PATRIMONIAIS ADVINDAS DO CASAMENTO E DA UNIÃO ESTÁVEL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL OU INTELLECTUAL E A PROTEÇÃO DE SEUS INTERESSES

CLÁUDIA STEIN VIEIRA, DÉBORA VANESSA CAÚS BRANDÃO	753
1 A tutela da pessoa com deficiência no direito brasileiro: enxergar o outrora invisível	753
2 O direito de a pessoa com deficiência mental/intelectual constituir família, pelo casamento ou pela união estável: da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ao Estatuto da Pessoa com Deficiência	754
3 As consequências patrimoniais decorrentes do casamento/união estável da pessoa com deficiência mental/intelectual	756
4 Conclusão	759
Referências	763

DIÁLOGOS: O DIREITO DAS SUCESSÕES E OS INSTITUTOS FUNDAMENTAIS DE DIREITO CIVIL

EROLTHS CORTIANO JUNIOR, ANDRÉ LUIZ ARNT RAMOS	765
Introdução	765
1 Projeto parental. Ou: a ruidosa sucessão <i>legítima</i> ante ao eudemonismo nas famílias	767
2 Titularidades: perspectivas da sucessão <i>ab intestato</i> segundo a função social da posse e a propriedade contemporânea	770
3 Contrato: <i>uma expressão de autonomia da pessoa no espaço de certa liberdade</i>	772
4 Um direito complexo, um espaço privilegiado de diálogo	774
Referências	775

OS PACTOS SUCESSÓRIOS ONTEM E HOJE: UMA LEITURA À LUZ DA TEORIA DO PATRIMÔNIO MÍNIMO DE LUIZ EDSON FACHIN

JOSÉ FERNANDO SIMÃO.....	777
1 Introdução	778
2 As reflexões de outrora.....	778
2.1 A denominação <i>pacta corvina</i>	778
2.2 Notas históricas	779
2.2.1 Notas sobre o direito romano	779
2.2.2 Notas sobre as Ordenações Filipinas e a Consolidação das Leis Civis	779
2.3 Razões de ser da vedação aos <i>pacta corvina</i>	782
3 As reflexões do presente. O diálogo necessário.....	785
4 Nota conclusiva	787
Referências.....	788

POSFÁCIO

QUAIS OS DESAFIOS PARA O DIREITO PRIVADO BRASILEIRO NOS PRÓXIMOS ANOS?

Marcos Ehrhardt Júnior	791
-------------------------------------	-----

SOBRE OS AUTORES.....	795
-----------------------	-----